

Excelentíssima Ministra
Maria do Rosário Nunes
Secretaria de Direitos Humanos
direitoshumanos@sdh.gov.br
salete.camba@sedh.gov.br
luiz.ribeiro@sdh.gov.br
michelle.morais@sdh.gov.br

Excelentíssimo Ministro da Saúde
Alexandre Padilha
ministro@saude.gov.br
eliane.cruz@saude.gov.br
sgep.gabinete@saude.gov.br
katia.souto@saude.gov.br

Excelentíssima Ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres
Eleonora Menicucci
spmulheres@spmulheres.gov.br
linda.goulart@spmulheres.gov.br
beth.saar@spmulheres.gov.br

Excelentíssima Embaixadora
Maria Nazareth Farani do Azevêdo
Missão Brasileira em Genebra
mission.brazil@delbrasgen.org

Rio de Janeiro, 6 de julho de 2012

Ref. RPU/ONU – adoção das recomendações e processo de implementação nacional

Excelentíssima Sras. Ministras, Sr. Ministro e Sra. Embaixadora,

Considerando como se deu a segunda passagem do Brasil pela Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, as organizações abaixo-assinadas apelam ao Estado brasileiro no sentido de responder positivamente:

- Às recomendações feitas pela França, Indonésia, Malásia, Namíbia, Peru, Portugal e Senegal no sentido de que uma instituição nacional de direitos humanos seja estabelecida em plena conformidade com os Princípios de Paris.
- À recomendação de Portugal no sentido de que o Brasil assine e ratifique, o mais rapidamente possível, o protocolo facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Especificamente, em relação aos direitos de saúde reprodutiva e direitos reprodutivos, reivindicamos que o estado brasileiro:

- Ao considerar as recomendações feitas pela Colômbia no sentido de que o Brasil "*continue avançando no desenvolvimento e implementação da Rede Cegonha e do sistema nacional de registro, monitoramento e acompanhamento de mulheres grávidas, a fim de prevenir a mortalidade materna, no contexto da política de assistência integral à saúde da mulher*", o Ministério da Saúde e demais instituições gestoras do SUS devem cumprir integralmente com as premissas constitucionais e outros parâmetros normativos vigentes no que se refere ao direito à privacidade das usuárias do sistema de saúde e confidencialidade dos registros médicos.
- Aceite plenamente e tome as medidas necessárias para implementar a recomendação feita pela França no sentido de que o Brasil "*continue o processo de ampliação das possibilidades de acesso à interrupção voluntária da gravidez, a fim de garantir o pleno reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos*".
- Em que pese a situação atual de criminalização do aborto, à qual nos opomos firmemente, que o Brasil aceite e tome as medidas necessárias para implementar a recomendação feita pela Estônia que o Brasil deve "*continuar a desenvolver a legislação que permitiria as mulheres exercer seus direitos à privacidade e confidencialidade, durante as investigações da polícia e garantir o direito à presunção de inocência, devido processo legal, e legal defesa*", particularmente em circunstâncias relativas aos efeitos penais da criminalização do aborto.

Atenciosamente,

AS ORGANIZAÇÕES:

Anistia Internacional

Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT

Associação Ilê Mulher

Católicas pelo Direito de Decidir – CDD

CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução

CEPIA – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação

CFEMEA – Centro Feminista de Estudo e Assessorias

CLADEM/Brasil – Comitê Latino Americano pela Defesa dos Direitos da Mulher

Coletivo Feminino Plural

Conectas Direitos Humanos

Grupo Criola

Grupo Curumim – Gestação e Parto

Grupo Técnico do Comitê Estadual sobre Mortalidade Materna do Pernambuco
IMAI/BA - Instituto Mulheres pela Atenção Integral à Saúde, Direitos Sexuais e
Direitos Reprodutivos da Bahia

Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH

Instituto Papai

Ipas

Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Reprodutivos

Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano

Relatoria Direito a Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma Dhesca

SPW/ABIA – Observatório de Sexualidade e Política / Associação Brasileira
Interdisciplinar de Aids

União Brasileira de Mulheres – UBM